

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Rainer Wendell Costa Guimarães
Rowenna dos Santos Brito
Sergio Brachmans

**Aprendizagem dos Estudantes das Escolas Estaduais de Educação
Integral da Bahia: Caminhos e Possibilidades**

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Rainer Wendell Costa Guimarães
Rowenna dos Santos Brito
Sergio Brachmans

**Aprendizagem dos estudantes das escolas estaduais de educação
integral da Bahia: caminhos e possibilidades**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Comissão Avaliadora
como exigência parcial para obtenção
do certificado de conclusão do curso
de Especialização em Gestão
Estratégica em Políticas Públicas,
pela Universidade Estadual de
Campinas.

Orientadora: Alina Lins

São Paulo
2016

Sumário

1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	1/1
1.1 Fluxograma.....	2/1
2 NÓS EXPLICATIVOS	1/2
2.1 Identificação dos nós estratégicos.....	2/2
2.2 Análise dos Nós Estratégicos	3/2
2.2.1 NE1	3/2
2.2.2 NE2	3/2
2.2.3 NE3	4/2
3 ÁRVORE DO PROBLEMA.....	1/3
4 PLANO DE AÇÃO.....	1/4
5 ANÁLISE DE ATORES	1/5
6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES	1/6
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	1/7
REFERÊNCIAS	1/8

1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão da garantia do direito à educação e ao aprender das crianças, dos adolescentes e dos jovens, dando um novo significado e uma importância social e institucional à escola na formação plena dos cidadãos, ressaltando a importância de contribuir para a formação do sujeito integral e para sua emancipação humana e social e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade democrática e popular.

A Bahia por sua vez, passa por um momento, talvez único, na sua história de enorme abertura de oportunidades políticas e institucionais, sendo uma das estratégias da Secretaria da Educação do Estado o fortalecimento da política de educação integral.

Baixa Aprendizagem dos estudantes das escolas estaduais de tempo integral é a situação problema observada nesse trabalho. O ator que declara a situação problema é a coordenação de educação integral. Resolver esta situação problema tem importância fundamental para o próprio desenvolvimento da educação do estado da Bahia e faz-se necessário buscar alternativas para a melhora do desempenho desses estudantes.

Trabalhando neste sentido o estado estará alterando a relação de interesses que buscam manter o status quo, pois não se trata de automaticamente aumentar o tempo de permanência das crianças e adolescentes na escola, mas sim de reestruturar as bases do tempo/aprendizagem, privilegiando uma formação humanista e de inclusão social.

A equipe que desenvolveu esse trabalho é constituída por: Rainer Wendell Costa Guimarães, Rowenna dos Santos Brito e Sergio Brachmans.

2 NÓS EXPLICATIVOS

Os Nós Explicativos, na metodologia de diagnóstico de situação são nós que tem coesão e possibilidade de monitoramento.

O Nó explicativo 10, Ambiente Escolar Inadequado, dialoga diretamente com a questão do Modelo Tradicional de Educação que traz no seu bojo um padrão formal de uma escola sobre o qual é possível afirmar não responder mais as demandas da sociedade em seu novo contexto histórico e social.

Sabendo que no âmbito da educação integral, infraestrutura não se refere apenas ao espaço físico escolar e nem tampouco às suas tradicionais formas e estruturas de escola e que o estudante na escola de tempo integral amplia seu tempo para 07 horas de aula, é preciso compreender também a ampliação dos tempos e espaços para esses indivíduos e faz-se necessário requalificar esse ambiente escolar garantido condições básicas de alimentação, condições sanitárias adequadas, insumos pedagógicos e repensar o ambiente escolar e o seu entorno.

Aqui não se trata de ambiente no sentido apenas físico, mas, também no clima que se é constituído na escola para que seja cada vez mais favorecida a permanência do estudante, aumentando assim o seu desempenho escolar. Compreendendo essa escola com um novo olhar, novas práticas o resultado certamente será de sucesso escolar.

O Nó explicativo 11 - Currículo Pouco Flexível, apresenta-se como um dos pontos importantes do debate acerca do desempenho dos estudantes nas escolas de tempo integral da Bahia, uma vez que, a construção do currículo está ligado a uma histórica disputa ideológica que vai do campo econômico ao religioso, e sendo este um elemento que influencia na construção dos valores e da identidade, bem como orienta a socialização do conhecimento.

O atual contexto é marcado por intenso debate na legislação que orienta esta temática, havendo inclusive conflito de abordagem de documentos, a saber: a Base Nacional Curricular Comum, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares.

O modelo tradicional de educação tem relação direta e pode ser considerada um elemento estruturante para perpetuação de currículos pouco flexíveis, conservadores e distante da realidade do estudante. De acordo com Saviani (1991), o método tradicional de educação ainda é o mais utilizado pelos sistemas de ensino, seja ele público ou particular.

Compreendendo que esse modelo tradicional traz no seu bojo uma concepção centrada na figura do professor como único detentor do conhecimento e que ele seria o responsável por repassar o conhecimento para o “aluno” é possível afirmar que é necessário uma reestruturação da escola, trazendo para a centralidade da educação, um novo modelo com o objetivo de modificar a prática pedagógica utilizando metodologias interdisciplinares e ou inclusão de novas tecnologias no ambiente escolar que consequentemente as aulas seriam mais atrativas e aumentaria o interesse do estudante permanecer na escola.

2.1 Identificação dos nós estratégicos

- **(NE1)**
NE 1 - Pouco Incentivo a Participação na Escola

- **(NE2)**
NE 2 - Pouco Incentivo à Cultura de Planejamento Escolar

- **(NE3)**
NE 3 – Pouca Interdisciplinaridade nas Ações Pedagógicas

2.2 Análise dos Nós Estratégicos

2.2.1 NE1

O primeiro Nó Estratégico, Pouco Incentivo a Participação na Escola, está diretamente ligado a concepção de gestão escolar trazida do estado herdado.

Segundo Paro (2010) a escola pública, como acontece em geral com as instituições numa sociedade autoritária, é organizada com vistas a relações verticais, de mando e submissão, em detrimento das relações horizontais de cooperação e solidariedade entre as pessoas.

Entendemos haver governabilidade do ator que declara o problema sobre o referido Nó Estratégico, assim como a ação sobre este não irá lhe apresentar desgaste, pois além de amparada na legislação e nos Programa de Governo e de Gestão, destaca-se ainda a existência de farta produção de documentos da Secretaria da Educação do Estado da Bahia versando sobre esta temática e havendo inclusive uma coordenação que trata especificamente do tema.

A sua resolução trará grande impacto na cadeia causal, visto que reflete nos diversos agentes que compõe a comunidade escolar, inclusive a família que relacionamos como um elemento importante para a superação do problema.

2.2.2 NE2

O segundo Nó Estratégico, Pouco Incentivo a Cultura de Planejamento Escolar, recai sobre o fato da educação pública durante as últimas décadas não ter feito parte da agenda de decisão dos agentes de governo.

Entretanto, reconhecemos um novo ambiente político na gestão para a incorporação de novas formas e metodologias no diagnóstico do contexto escolar, sendo assim, entendemos que há governabilidade do ator que declara o problema sobre o Nó Estratégico e de tal modo o mesmo não terá desgaste na sua resolução.

Por sua vez, a resolução deste Nó Estratégico tem grande impacto na cadeia causal, já que o mesmo aborda aspectos que influenciam numa nova dinâmica da escola.

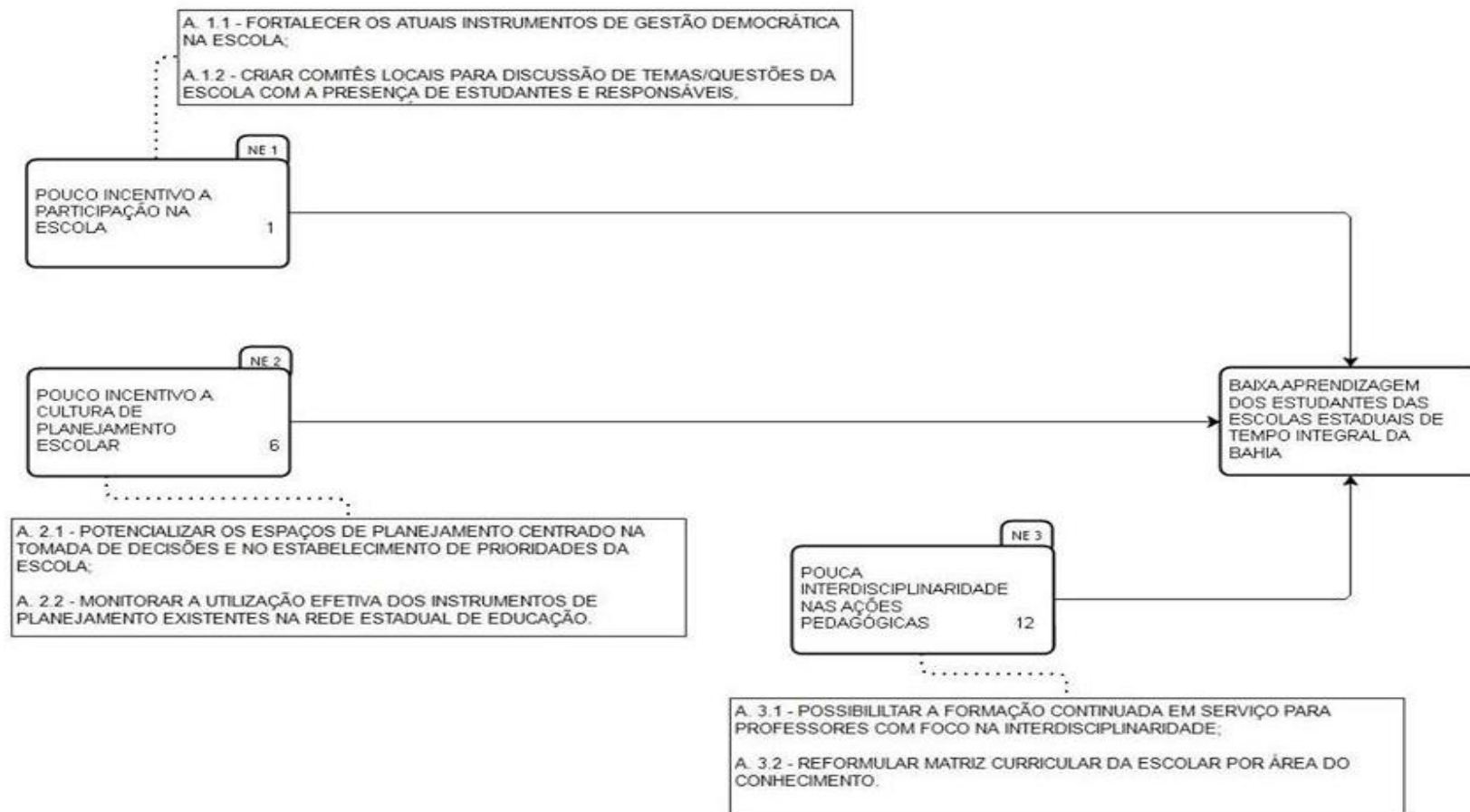
2.2.3 NE3

O terceiro Nó Estratégico, Pouca Interdisciplinaridade nas Ações Pedagógicas é um elemento fundamental para a resolução da questão problema, ela tem uma função instrumental. Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos. (BRASIL, 2002, p. 88).

Deste modo, entendemos haver governabilidade sobre o Nó Estratégico por parte do ator que declara o problema, pois as condições objetivas para a resolução estão postas, desde que haja ações formativas para uma mudança de olhar dos docentes sobre a socialização e a integração dos saberes.

Por ser assunto que de forma recorrente surge nos encontros de educadores como um obstáculo a ser superado, afirmamos que a resolução do mesmo não implica em desgaste político para o ator que declara o problema e por certo impactará significativamente na cadeia causal.

3 ÁRVORE DO PROBLEMA



PAINEL 1 – Nós Estratégicos, ações para equacionar e resultados esperados

Nó Estratégico	Ações	Resultado das ações
NE 1 – Pouco Incentivo a Participação na Escola	<p>A 1.1 – Fortalecer os atuais instrumentos de gestão democrática na escola;</p> <p>A 1.2 – Criar Comitês Locais para discussão de temas/ questões da escola com a presença de estudantes e responsáveis, professores, funcionários e parceiros da escola;</p>	Aumento significativo na participação dos diversos segmentos da escola, em especial estudantes, responsáveis, e parceiros da escola.
NE 2 – Pouco Incentivo à Cultura de Planejamento Escolar	<p>A 2.1 – Potencializar os espaços de planejamento centrado na tomada de decisões e no estabelecimento de prioridades da escola;</p> <p>A 2.2 – Monitorar a utilização efetiva dos instrumentos de planejamento existentes na rede estadual de educação;</p>	Planejamento coletivo como prática constante no cotidiano da escola.
NE 3 – Pouca Interdisciplinaridade nas Ações Pedagógicas	<p>A 3.2 – Possibilitar formação continuada em serviço para professores com foco na interdisciplinaridade;</p> <p>A 3.2 – Reformular matriz curricular da escolar por área do conhecimento;</p>	Escola desenvolvendo novas práticas pedagógicas centradas na construção do conhecimento e da aprendizagem.

4 PLANO DE AÇÃO

PAINEL 2.1

NE 1 – Pouco Incentivo a participação na escola.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 1. 1 - Fortalecer os atuais instrumentos de gestão democrática na escola;	1.1.1 - Monitorar o cumprimento do cronograma do colegiado escolas; 1.1.2 - Promover capacitação dos representantes dos diversos segmentos do colegiado escolar.	1.1.1 - Sistema Escolar - SIA 1.1.2 - Caderno de orientações – O Colegiado Escolar Fortalecendo a Gestão Democrática.	1.1.1 - 12 meses 1.1.2 - 06 meses	1.1.1 - Equipe técnica da Coordenação de Educação Integral da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. 1.1.2 - Equipe técnica da Coordenação de Gestão Descentralizada da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 1.2 - Criar Comitês Locais para discussão de temas/questões da escola com a presença de estudantes e responsáveis, professores, funcionários e parceiros da escola.	<p>1.2.1- Mapeamento das potencialidades e possibilidades socioculturais e esportivas para estabelecimento de parcerias com a comunidade no desenvolvimento das atividades escolares.</p> <p>1.2.2 – Organizar um ciclo de debates acerca dos temas/questões prioritárias da escola.</p>	<p>1.2.1 - Formulário Estruturado.</p> <p>1.2.2 – Palestrantes e material de divulgação.</p>	<p>1.2.1 - 02 meses</p> <p>1.2.2 – 06 meses</p>	<p>1.2.1 - Comitê criado na escola.</p> <p>1.2.2 - Comitê criado na escola.</p>

PAINEL 2.2

NE 2 – Pouco Incentivo a Cultura do Planejamento Escolar.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 2.1 - Potencializar os espaços de planejamento centrado na tomada de decisões e no estabelecimento de prioridades da escola.</p>	<p>i. – Elaborar Cronograma de Reuniões de Planejamento dentro das Atividades Complementares (AC).</p> <p>2.1.2 – Realizar encontros formativos entre professores e equipe gestora para fortalecer o planejamento com base nos indicadores educacionais da escola.</p>	<p>2.1.1. - Calendário da rede estadual da Bahia.</p> <p>2.1.2 – Relatórios de indicadores educacionais gerados pela Secretaria da Educação.</p>	<p>2.1.1 – 01 mês</p> <p>2.1.2 – 01 mês</p>	<p>2.1.1 - Equipe Gestora e Pedagógica da escola.</p> <p>2.1.2 - Equipe Gestora e Pedagógica da escola.</p>

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 2.2 - Monitorar a utilização efetiva dos instrumentos de planejamento existentes na rede estadual de educação.	<p>2.2.1 – Manter arquivo dos instrumentos de planejamento atualizado.</p> <p>2.2.2 – Encontro formativo de análise comparativa entre os instrumentos de planejamento e as avaliações pedagógicas.</p>	<p>2.2.1- Arquivo e cópias dos instrumentos de planejamento.</p> <p>2.2.2 – Cópias dos Instrumentos de planejamento e das avaliações pedagógica.</p>	<p>2.2.1 – 12 mês</p> <p>2.2.2 – 12 meses</p>	<p>2.2.1- Equipe Gestora e Pedagógica da escola.</p> <p>2.2.2 - Equipe Gestora e Pedagógica da escola.</p>

PAINEL 2.3

NE 3 – Pouca Interdisciplinaridade nas Ações Pedagógicas.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 3.1 - Possibilitar formação continuada em serviço para professores com foco na interdisciplinaridade.	3.1.1 – Viabilizar encontros formativos com foco na interdisciplinaridade para professores em parceria com o Instituto Anísio Teixeira.	3.1.1 – Material didático e espaço físico.	3.1.1– 03 meses	3.1.1 – Equipe Técnica da Coordenação de Educação Integral da Secretaria da Educação.
	3.1.2 – Disponibilizar um ambiente virtual para formação continuada dos professores.	3.1.2 – Ambiente virtual e tutores	3.1.2 – 03 meses	3.1.2 – Equipe Técnica da Coordenação de Educação Integral da Secretaria da Educação em parceria com o Instituto Anísio Teixeira.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 3.2 - Reformular matriz curricular da escolar por área do conhecimento.	<p>3.2.1 – Colocar para consulta pública a versão preliminar da nova matriz curricular.</p> <p>3.2.2 – Elaborar material de apoio para implantação da matriz curricular reformulada para disponibilizar nas escolas.</p>	<p>3.2.1 – Site da Secretaria da Educação da Bahia.</p> <p>3.2.2 - Material Gráfico.</p>	<p>3.2.1- 03 meses</p> <p>3.2.2 – 03 meses</p>	<p>3.2.1- Equipe Técnica da Coordenação de Educação Integral da Secretaria da Educação.</p> <p>3.2.2 - Equipe Técnica da Coordenação de Educação Integral em parceria com a Assessoria de Comunicação da Secretaria da Educação.</p>

5 ANÁLISE DE ATORES

PAINEL 3.1

Ação 1.1 - Fortalecer os atuais instrumentos de gestão democrática na escola;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Gestor Escolar	Formação de Opinião Pública e disponibilidade de tempo.	Ter opinião contrária pode inviabilizar a ação.	Proporcionando momentos para a apresentação dos instrumentos gestão pedagógica.	Omitindo informações importantes para a dinâmica da escola.	Alertar para o cumprimento da Legislação e apresentar os benefícios com a divisão das responsabilidades da gestão.
Responsável pelo estudante	Disponibilidade de Tempo	Atribuições fora da escola comprometendo a sua disponibilidade de tempo.	Apresentando a sua disponibilidade de tempo e tendo uma postura ativa no cotidiano da escola.	Fazendo se ausente dos momentos de discussão da escola.	Apresentar a importância da participação na melhoria da qualidade da escola.

Estudantes	Disponibilidade de Tempo e Capacidade de Formação de Opinião Pública e Mobilização.	Pouca formação quanto a importância da participação na gestão.	Reunindo e levando as pautas e ideias dos estudantes para os espaços da gestão.	Apresentando pautas pouco adequadas para o espaço de discussão da escola.	Apresentar a importância da participação na melhoria da qualidade da escola.
Professores	Disponibilidade de Tempo, Formação de Opinião Pública e Mobilização.	Pouco Interesse e jornada de trabalho pouco flexível.	Reunindo e levando as pautas e ideias dos estudantes e dos professores para os espaços da gestão.	Levar questões de cunho pessoal para os espaços de discussão da escola.	Demonstrar que a participação é um caminho para resguardar os direitos do seu segmento e melhorar a qualidade da escola.

PAINEL 3.2

Ação 1.2- Criar Comitês Locais para discussão de temas/questões da escola com a presença de estudantes e responsáveis, professores, funcionários e parceiros da escola.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Colegiado Escolar	Formação de Opinião Pública e Mobilização.	Participação inconstante dos representantes dos diversos segmentos.	Na Constituição e implantação dos Comitês.	Não tendo efetiva atuação e não tendo legitimidade junto à comunidade escolar.	Socializar experiências semelhantes que tenham resultados positivos.
Estudantes	Formação de Opinião Pública e Mobilização.	Falta de Estimulo dos professores para atividades extra curriculares.	Mobilizando e envolvendo o maior número de estudantes e familiares para participação no comitê.	Fazendo se ausente dos momentos de discussão para constituição dos comitês.	Apresentar a possibilidade de interação com outros indivíduos e espaços.
Parceiros da escola	Disponibilidade de Tempo e de Recursos Financeiros.	Interesse divergente da escola.	Articular parceiros afins e sensibilizar a comunidade do entorno para maior integração com a escola.	Se o interesse do parceiro da escola sobrepor os interesses dos comitês.	Mostrar a possibilidade do fortalecimento da imagem dele junto as pessoas da escola e a comunidade do entorno.

PAINEL 3.3

Ação 2.1- - Potencializar os espaços de planejamento centrado na tomada de decisões e no estabelecimento de prioridades da escola.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Colegiado Escolar	Formação de Opinião Pública e Mobilização.	Participação inconstante dos representantes dos diversos segmentos.	Fortalecendo a participação dos representantes nos momentos pedagógicos da escola.	Não utilizando os espaços de planejamento para debater assuntos pertinentes as prioridades da escola.	Sinalizar que o planejamento pedagógico é fundamental para a melhoria da escola.
Equipe Gestora	Mobilização, Formação de Opinião Pública, disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos.	Prioriza atividades administrativas em detrimento do planejamento pedagógico.	Participando e se envolvendo de forma efetiva nos momentos pedagógico da escola.	Organizando o horário dos professores de modo a não possibilitar momentos coletivos de planejamento.	Apresentar os iniciadores educacionais da escola e a importância da potencialização desse espaço.

Professor	Formação de Opinião Pública e Mobilização.	A crença no seu conhecimento prévio e individualizado como ferramenta capaz de dar conta dos desafios da aprendizagem.	Compartilhando experiências e desenvolvendo a autonomia docente.	O professor não estando aberto a atualizações e disponível para apreender novas práticas pedagógicas.	Socializar experiências semelhantes que tenham resultados positivos.
-----------	--	--	--	---	--

PAINEL 3.4

Ação 2.2 – Monitorar a utilização efetiva dos instrumentos de planejamento existentes na rede estadual de educação.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Gestor Escolar	Disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos.	Prioriza atividades administrativas em detrimento do planejamento pedagógico.	Disponibilizando de forma acessível os instrumentos de planejamento disponíveis.	Não promovendo a discussão sobre os instrumentos de planejamento.	Mostrar os indicadores educacionais da escola e mostrando a necessidade de um acompanhamento personalizado.
Professores	Formação de Opinião Pública, Disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos.	Resistencia da utilização dos instrumentos adotados pela escola.	Alterando sua prática pedagógica a partir da utilização dos instrumentos de planejamento e o alinhamento com instrumentos de avaliações pedagógicas.	Não utilizando os instrumentos disponibilizados pela escola.	Socializar os indicadores educacionais da escola e a importância da utilização dos mesmos reforçando que a incorporação da utilização dos instrumentos no dia a dia facilitará o desenvolvimento de suas atividades docentes.

Responsáveis pelos Estudantes	Mobilização e Disponibilidade de Tempo.	Atribuições fora da escola comprometendo a sua disponibilidade de tempo.	Solicitando que o planejamento pedagógico e os resultados das avaliações sejam apresentados nas reuniões de pais.	Não participando das reuniões de pais.	Mostrando que a aprovação e reprovação está diretamente ligado ao processo de planejamento.
-------------------------------	---	--	---	--	---

PAINEL 3.5

Ação 3.1- Possibilitar formação continuada em serviço para professores com foco na interdisciplinaridade;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Professores	Formação de Opinião Pública, Disponibilidade de tempo e Mobilização.	Resistência as novas práticas pedagógicas.	Participando dos momentos de AC, espaços de formação e socializando as novas práticas com outros colegas.	Não participando dos momentos de AC e dos espaços de formação continuada e desmobilizando os outros professores.	Valorizar as boas práticas já desenvolvidas por professores e socializar com os que ainda não desenvolvem.
Equipe Gestora	Formação de Opinião Pública, Disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos.	Resistência as novas formas de organização dos tempos dos professores e pouca prioridade para questões de cunho pedagógico.	Fomentando e valorizando os espaços de formação em serviço e colaborando para sua efetivação.	Inviabilizando e desmobilizando os momentos de Ac espaços de formação continuada em serviço.	Fortalecer a equipe gestora no sentido de oportunizar para também participar das dos espaços de formação continuada.

Parceiros da escola	Disponibilidade de Recursos Financeiros e de Mobilização.	Pouco interesse nas temáticas abordadas nas formações.	Construindo coletivamente com a escola os espaços de formação continuada.	Não participando dos espaços de formação continuada.	Apresentar as vantagens da participação ativa como forma de construir uma escola mais democrática.
---------------------	---	--	---	--	--

PAINEL 3.6

Ação 3.2 – Reformular matriz curricular da escolar por área do conhecimento.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Professores	Formação de Opinião Pública, Disponibilidade de tempo e Mobilização.	Dificuldade de compreensão acerca de mudanças na estrutura curricular	Organizando grupos de estudo durante as Ac para aprofundamento sobre a matriz curricular	Desmobilizando os espaços de Ac e momentos de planejamento.	Socializar experiências semelhantes que tenham resultados positivos.
Estudantes	Formação de Opinião Pública e Mobilização.	Pouco incentivo por parte dos professores para envolvimento com o tema.	Construindo e participando de espaços de discussão com estudantes acerca da reformulação da matriz curricular.	Não contribuindo para a construção coletiva e com os momentos de debates sobre a reformulação curricular.	Apresentar a possibilidade de interação com outros indivíduos e espaços.

Equipe Gestora	Disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos.	Pouca compreensão acerca da importância da reformulação curricular.	Participando dos debates acerca da reformulação curricular e atendendo possíveis demandas para atendimento pleno dessa nova matriz curricular.	Fazendo se ausente dos momentos de discussão da escola.	Socializar os indicadores educacionais da escola e a importância de uma reformulação curricular.
----------------	--	---	--	---	--

6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

PAINEL 4

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
<p>1 - As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex: efeitos sociais ou ambientais)?</p>	<p>A 1.1 – Com o fortalecimento dos instrumentos da gestão democrática na escola, o gestor da mesma poderá não se sentir totalmente à vontade por perder o “Poder” e causar conflitos com os indivíduos da escola.</p> <p>A 1.2 – A criação do Comitê local pode gerar conflitos de interesses, uma vez que a dinâmica da escola é alterada e esta passa a ter outras pessoas que não apenas professores, estudantes e funcionários.</p> <p>A 2.1 – Com a iniciativa de fortalecer os espaços de planejamento, pode haver o entendimento da parte dos professores de que eles estão perdendo sua autonomia docente, uma vez que estão acostumados a executarem e organizarem o seu planejamento a partir dos seus interesses pessoais.</p> <p>A 2.2 – O desenvolvimento dessa ação pode ter resistência por parte dos professores caso entendam que estão sendo fiscalizados.</p> <p>A 3.1 – A existência de professores com ideias conservadoras pode ser um entrave para o desenvolvimento da ação, pois gera resistência para que os mesmos alterem</p>

	<p>a sua práxis pedagógica. Outro fato é parte dos professores sentirem-se inseguros em função de terem sido formados dentro de uma visão positivista e fragmentada do conhecimento.</p> <p>A 3.2 – Quanto a ação de reformulação curricular por área do conhecimento, recaí nas mesmas questões da ação anterior e amplia ainda mais uma vez que com essa reformulação, novas práticas e metodologias serão necessárias e a grande maioria dos responsáveis por estudantes tem uma cultura de escola centrada no conteúdo e na figura do professor como único detentor do conhecimento.</p>
<p>2- Existem aspectos técnicos, Jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<p>A única ação do Plano de Ações que passível de causar efeito negativo é a A 2.2, pois pode haver um entendimento equivocado dos professores no sentido de ver esse monitoramento como uma fiscalização reagindo assim através de boicote ou mesmo protestos para a não utilização dos instrumentos de planejamento existentes na escola.</p>
<p>3- Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>O ponto fraco do projeto é o tempo necessário para que resultados mais significativos sobre a situação problema sejam aferidos, visto que as ações previstas tratam de forma mais direta da preparação de um ambiente que possibilite o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas. Deste modo é necessário alertar para os agentes políticos e sociais sobre tratar-se de um percurso não sendo possível exigir resultados imediatos.</p>

<p>4- Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</p>	<p>Os recursos necessários para o desenvolvimento do projeto podem ser divididos em financeiros, equipamentos, recursos humanos e legislação. Em relação aos recursos humanos e equipamentos, estes já se encontram em grande medida disponíveis na estrutura da rede estadual de educação do estado da Bahia. O marco legal para a realização do projeto está disponível ou sobre a governabilidade do ator que declara o problema</p> <p>Quanto aos recursos financeiros, avaliamos que por não representar um valor elevado, o mesmo poderá ser previsto dentro do orçamento anual da área pedagógica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.</p>
<p>5-De forma geral a equipe avalia ao final que o Plano de Ações é viável e pode efetivamente solucionar o problema escolhido?</p>	<p>O Plano de Ação é viável e pode efetivamente solucionar o problema, no entanto é possível afirmar que a questão do baixo desempenho dos estudantes das escolas estaduais da Bahia não está ligando único e exclusivamente as questões da escola. Existe um contexto histórico e social que influencia diretamente as vidas desses estudantes e que contribui para o seu fracasso escolar.</p>

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar é um direito social de cada indivíduo cabendo ao Estado ofertá-la com qualidade e de forma gratuita para todos e todas. O estudante é um sujeito de direitos e compreendê-lo na sua inteireza e em todas as relações que estabelece consigo mesmo e com o mundo é tarefa fundamental da escola.

Por essa razão, a proposta deste projeto é de analisar e buscar alternativas para resolver um problema histórico da educação compreendendo ser de fundamental para uma gestão pública de esquerda atender as demandas de uma sociedade que vive em constante transformação.

Não apresentamos soluções milagrosas para a educação da Bahia, mas, pensamos em possibilitar sugestões que fortaleçam a gestão democrática e os principais envolvidos no processo educativo, esperando ter contribuído não só com a reflexão sobre a situação problema, mas, também apontando caminhos possíveis para a superação deste drama que atinge os jovens dos grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, justamente no período de suas vidas que devem ser preparados para outras conquistas e para vislumbrar novas formas de lidar com o mundo.

Por fim, compreendemos que a questão problema desse projeto tem interferência de agentes externos a escola e que os resultados das ações propostas por esse projeto são para médio prazo, pois sabemos que a educação não se altera da noite para o dia.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Lei N° 13.559/2016. Plano Estadual de Educação, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.

Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/educarparatransformar>. Acesso em: 10 Abr 2016.

Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2015/10/15/proposta_governo1405860067931.pdf. Acesso em: 10 Abr 2016.

Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/na-pratica/>. Acesso em: 10 Mai 2016.